

O Papel dos Ativos Territoriais e da Inovação no Desenvolvimento de Cidades Criativas

Juliana Cristina Gallas¹

Tatiana Ghedine²

Cláudio Reis Gonçalo³

Adriana Marques Rossetto⁴

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.113-146>

Recebido em: 27/6/2016

Aceito em: 29/5/2017

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico é discutir o papel dos ativos territoriais e da inovação no desenvolvimento territorial alinhado às premissas das cidades criativas, buscando estabelecer possíveis ligações entre estes. A partir da hipótese de que os ativos territoriais (tangíveis e intangíveis) podem ser entendidos como as entradas do sistema de inovação territorial que geram como saída a produtividade e o desenvolvimento do território com o viés demandado pelas cidades criativas, são buscadas as relações conceituais e os indícios teóricos que as sustentam. Estes últimos permitiram inferir que

¹ Doutora, mestre e graduada em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora da Universidade do Vale do Itajaí. jgallas@univali.br

² Doutora e mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Informática pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora da Universidade do Vale do Itajaí. tghedine@univali.br

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade do Vale do Itajaí. claudio.goncalo@univali.br

⁴ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da Universidade do Vale do Itajaí. amarquesrossetto@gmail.com

as inovações possibilitarão ou suportarão mudanças nos ativos territoriais que com elas estiverem relacionadas, gerando e difundindo conhecimento que poderá tornar o sistema de inovação territorial mais eficiente e eficaz, favorecendo o desenvolvimento territorial a partir de um escopo alinhado ao que conceitualmente se entende como cidades criativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Ativos territoriais. Sistema de inovação territorial. Cidades criativas.

THE ROLE OF TERRITORIAL ASSETS AND INNOVATION IN DEVELOPMENT CREATIVE CITIES

Abstract

The objective of this theoretical essay is to discuss the role of territorial assets and innovation in territorial development aligned with the premises of creative cities, seeking to establish possible links between them. From the hypothesis that territorial assets (tangible and intangible) can be understood as the inputs of the territorial innovation system that generate as output the productivity and the development of the territory with the bias demanded by the creative cities, it is sought the conceptual relations and the theoretical clues that sustain it. The latter allowed us to infer that innovations will enable or support changes in the territorial assets that are related to them, generating and disseminating knowledge that can make the system of territorial innovation more efficient and effective, favoring territorial development from a scope aligned with what conceptually is understood as creative cities.

Keywords: Territorial development. Territorial assets. Territorial innovation system. Creative cities.

As cidades são lugares únicos de manifestação da diversidade, ou seja, são laboratórios vivos da cultura. Elas abarcam a fusão da criatividade e das relações humanas, seja pelo interesse despertado pelo patrimônio herdado ou por suas atividades criativas. Esta inter-relação da criatividade com as relações humanas, segundo Reis (2008), pode fazer com que as cidades sejam capazes de encontrar dentro de si a solução para seus problemas. Corroborando com Florida (2002b), o autor destaca que o resultado desta inter-relação são as chamadas cidades criativas, locais capazes de transformar o seu tecido socioeconômico urbano com base no que têm de mais singular, criativo e específico, por meio de um profundo entendimento de sua identidade cultural.

Segundo Florida (2002b), as questões sociais que envolvem a relação das cidades criativas são principalmente: a importância da valorização do indivíduo; a criação de políticas públicas ligadas à criatividade e à inovação, com o intuito de atrair e fixar talentos e a capacidade de desenvolver pesquisas e produtos tecnológicos com centros de ensino inovadores que possibilitem valorizar a diversidade social e cultural, com destaque para o resgate e a valorização das especificidades locais.

Desta forma, acredita-se que o desenvolvimento do potencial criativo de uma cidade, está diretamente conectado ao desenvolvimento territorial, enfatizando as inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais envolvidos. O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad (2010) – corrobora com esta percepção e enfatiza que os países em desenvolvimento necessitam aprimorar as capacidades criativas e identificar os setores criativos com potenciais, por meio de políticas cruzadas e articuladas.

A relação interveniente do desenvolvimento territorial está vinculada aos ativos territoriais (Capital humano e intelectual, Capital social, Capital cultural, Capital natural e produtivo e Capital institucional) os quais são sustentados pelo envolvimento de interesses intermediários e pelas motiva-

ções políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas, sendo direcionados pelo Estado, por grupos sociais ou corporativos e instituições ou indivíduos (BOISER, 1999; DALLABRIDA, 2006; BARROSO; ROMERO, 2009).

Assume-se, neste ensaio, que o desenvolvimento territorial consiste na apropriação de aspectos tangíveis e intangíveis e na interação de atores locais, que atuam de forma articulada com as políticas públicas implantadas pelo Estado, e a sua relação com as organizações privadas em prol do desenvolvimento econômico e social (VEIGA, 2002). Percebe-se, assim, que o desenvolvimento territorial é sustentado pelos seus ativos territoriais, os quais necessitam interagir com diferentes áreas do conhecimento como forma de obter progressão. Nessa perspectiva a inovação possibilita um olhar sistêmico que sustenta territórios inovadores a partir dos seus próprios ativos e recursos (RONDÉ; HUSLLER, 2005), uma vez que pode ser considerada um processo social e evolutivo de aprendizagem coletiva (JOHNSON, 2008) e um o fator propulsor para o desenvolvimento territorial.

A relação existente entre desenvolvimento territorial e seus ativos territoriais, inovação territorial e cidades criativas, no entanto, foco deste ensaio teórico, não vem sendo alvo de pesquisas na área acadêmica. Observa-se estudos, como o de Hoppers (2003) e Sepe (2013), voltados para a relação do desenvolvimento de cidades criativas condicionado à preservação e aproveitamento do patrimônio histórico-cultural, aspecto este relacionado ao Capital cultural, nos quais estas políticas de desenvolvimento tornam-se fatores propulsores das cidades criativas.

Nesta mesma linha Cooke e Lazzeretti (2007) destacam que ambientes criativos emergem da preservação e aproveitamento da cultura local, além do que ambientes políticos estruturados possibilitam o desenvolvimento de cidades criativas. Em contrapartida Florida (2012) enfatiza o Capital social como preponderante para o desenvolvimento das cidades criativas, ou seja, indivíduos criativos sustentam ambientes criativos. Nenhum dos estudos encontrados, porém, apresenta uma relação mais clara entre desenvolvimento territorial e seus ativos territoriais, inovação territorial e cidades criativas.

Diante do exposto, apresenta-se a problemática deste estudo: *De que forma os ativos territoriais e a inovação se relacionam com um desenvolvimento territorial que seja alinhado à premissa das cidades criativas?* Em uma primeira aproximação entre os conceitos partiu-se da hipótese de que os ativos territoriais (tangíveis e intangíveis) associados aos sistemas de inovação podem desencadear desenvolvimento territorial que seja direcionado às cidades criativas. Assim, o objetivo deste ensaio teórico é discutir o papel dos ativos territoriais e da inovação no desenvolvimento territorial alinhado às premissas das cidades criativas, buscando estabelecer possíveis ligações entre estes.

Neste estudo buscou-se aprofundar a reflexão sobre um tema que envolve a transdisciplinaridade científica. A análise envolveu as ciências da Administração Pública, da Arquitetura, da Filosofia e da Economia. Esta abrangência, por si só, procurou criar um contexto teórico que promovesse questionamentos sobre o avanço do conhecimento em desenvolver cidades criativas, a partir das lentes teóricas de ativos territoriais e inovação (MENEGHETTI, 2011).

Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados EBSCO, ProQuest, SciELO e Spell, no período de outubro a dezembro de 2015, quando foram localizados 151 artigos. Utilizou-se como palavras para busca, nos títulos e palavras-chave, cidades e territórios criativos, nos idiomas inglês, português e espanhol. Destes, porém, foram selecionados somente os artigos completos e de periódicos com ISSN, restando somente 50 artigos analisados na íntegra. Além destes artigos científicos encontrados, buscou-se nas suas referências bibliografias relacionadas ao tema objeto deste estudo e os relatórios da Unctad sobre cidades criativas.

Com base no material pesquisado foi realizada uma análise dos construtos teóricos identificados procurando estabelecer a dialética entre autores e conceitos, de forma a construir uma visão que justificasse as lentes teóricas escolhidas para a compreensão do desenvolvimento de cidades criativas.

O texto encontra-se estruturado em cinco partes. A primeira aborda o conceito de desenvolvimento territorial e explica os ativos territoriais como forma de alavancar o desenvolvimento de territórios. A segunda trabalha o conceito de inovação e sua ligação com a inovação territorial. A terceira parte explica o que se entende por cidades criativas. A quarta apresenta o *framework* proposto sobre o sistema de desenvolvimento de cidades criativas, buscando mostrar as possíveis ligações entre as três correntes teóricas utilizadas. Na última parte são apresentadas as considerações finais.

Desenvolvimento Territorial

A reflexão sobre desenvolvimento territorial demanda, em um primeiro momento, uma aproximação ao termo território, pois dele emanarão todas as considerações que se seguem. O conceito de território, mesmo não sendo recente, tem sido atualizado a partir do entendimento das dinâmicas que nele ocorrem e de seu real significado. Antes bastante vinculado ao sentido de demarcação física de um determinado espaço, hoje assume um significado multidimensional, no qual o amálgama de seu conteúdo, em especial as relações sociais – de poder, de organização social, econômicas e físico-espaciais – lhe dão seu verdadeiro significado.

Esta visão de território consensuada por diversos autores (ABRAMOVAY, 2000; PECQUEUR, 2000, 2005, 2009; VEIGA, 2002; VIEIRA, 2010; MIRANDA, 2012) coloca como pilares para a definição de territórios, e para suas constituições, a identidade, os atores e o tecido social, as redes sociais neles estabelecidas, a cooperação e a sua organização política. Visto a partir deste ângulo, o território torna-se a base para todo e qualquer tipo de desenvolvimento que tenha como pressuposto o fortalecimento local bem como a durabilidade e o fortalecimento dos laços sociais e econômicos dos atores envolvidos.

Nesse sentido, o processo de globalização, muitas vezes, pode acabar gerando prejuízos para algumas comunidades, visto que normalmente costuma desconsiderar as especificidades regionais, seus signos distintivos, interferindo, assim, na identidade socioeconômica e cultural de uma região (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004).

Como forma de evitar os efeitos negativos da globalização, Castells (1996) chama a atenção para o fato de que o patrimônio histórico e cultural de uma cidade pode constituir um fator preponderante para o seu desenvolvimento socioeconômico e, portanto, deve haver uma adaptação do processo de desenvolvimento globalizado com a cultura da região.

Entende-se por patrimônio cultural, segundo Veloso (2006), a construção histórica da sociedade que indica a relação com as pessoas que fazem parte de manifestações culturais, do sentido de pertencimento sustentado na memória, na identidade cultural e nas relações de coletividade. O autor destaca que a coletividade pressupõe a relação existente entre patrimônio cultural e experiência coletiva, constituída nos saberes tradicionais que fazem parte do repertório cultural local.

Desta forma, Londres (2012) acredita que a valorização do patrimônio cultural fundamenta-se na relação da comunidade quanto à preservação, à transmissão, à difusão e à apropriação de seus bens, o que se traduz em produtos regionais com especificidades da cultura local. Nesse sentido, o patrimônio cultural remete a um caminho de preservação dos bens como prática social inserida na vida das pessoas, em interlocução com a sociedade e os serviços públicos.

Sendo assim, estas interlocuções, que envolvem a participação de vários agentes (públicos, privados e do terceiro setor), podem interferir de forma mais direta ou indireta no processo de desenvolvimento e manutenção do patrimônio cultural de um determinado território, uma vez que a conjugação destes agentes envolve um território proposto por ações

coletivas com produção de conhecimentos e de solidariedade baseada na proximidade, e também como um espaço de identidade compartilhada entre os pares (NEU; AREA, 2015).

Pecqueur (2005, p. 12) entende o desenvolvimento territorial como um “processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”, transformando, progressivamente, as dimensões dos territórios e as relações que se estabelecem entre eles.

Trata-se, portanto, de uma estratégia de adaptação territorial que tem como objetivo permitir aos atores dos territórios reestruturarem ou reorganizarem suas economias locais para enfrentar o crescimento da concorrência global, utilizando como mola propulsora as especificidades territoriais (BENKO; PECQUEUR, 2001), contudo o fato de o desenvolvimento territorial ser uma construção social dos atores envolvidos, ele até pode ser influenciado por políticas públicas, mas não pode de forma alguma ser instituído por decretos públicos (PECQUEUR, 2005).

Colletis e Pecqueur (2004) indicam que as dinâmicas territoriais evidenciam iniciativas que promovem os ativos culturais e naturais, frutos de saberes e de práticas coletivas partilhadas entre os habitantes de determinado território. Há, portanto, combinações entre diferenciação e localização de produtos ou de serviços, ou seja, existem distintos processos de especificação dos recursos e dos territórios. Para os autores, há modelos de diferenciação específicos da origem, assim como modelos de demandas, que se relacionam positivamente com as especificidades territoriais compartilhadas.

Corroborando com o exposto, Tonneau et al. (2009) sugerem que para ocorrer o desenvolvimento territorial é preciso fortalecer a mobilização dos atores locais. Entre os aspectos de desenvolvimento pode-se evidenciar o “empoderamento”, que possibilita maior autonomia às pessoas, favorecendo as relações interpessoais e institucionais. Esta situação contribui

para a evolução dos indivíduos, tornando-os mais ativos e intelectualmente evoluídos, o que proporciona pessoas mais informadas e bem capacitadas para enfrentar desafios.

Nesse contexto, fica evidente que a valorização dos recursos existentes em um determinado território, sejam tangíveis ou intangíveis, envolve as experiências vividas em seu contexto, passado e atual, com o intuito de construir novos projetos que visem a contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Como forma de alavancar o desenvolvimento territorial, Benko e Pecqueur (2001) e Pecqueur (2005) sugerem como fundamental a identificação de ativos (fatores em atividade) e de recursos próprios (fatores a explorar, organizar ou revelar) do território que possam permitir uma diferenciação deste sobre os demais, por meio da utilização de recursos inéditos ou específicos locais que possibilitarão possíveis inovações em produtos ou serviços.

Ativos Territoriais

Os ativos territoriais contemplam recursos pertencentes a um determinado espaço geográfico e que possibilitam o desenvolvimento territorial. Na concepção de Pecqueur (2005), os ativos podem transitar em diferentes processos, tornando-se recursos sustentáveis para o desenvolvimento territorial. Estes recursos, entretanto, precisam ser aperfeiçoados ou adaptados na medida em que ocorrem as transformações sociais, políticas, tecnológicas e ambientais.

Barroso e Romero (2009) identificam um conjunto de elementos (patrimônios) que um território pode dispor, tanto em âmbito material como imaterial, e que poderiam ser utilizados para impulsionar seu desenvolvimento. O patrimônio material, segundo Lezo et al (2007), seria composto pelos bens tangíveis, como as edificações, os sítios urbanos e paisagens, os elementos naturais, os vestígios arqueológicos, os documentos e as obras

de arte. Em relação à definição do patrimônio imaterial, este seria os bens intangíveis, caracterizados pelas tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo, técnicas artesanais tradicionais (LEZO et al., 2007).

Estes elementos, caso ainda não estejam sendo utilizados, podem ser entendidos na perspectiva de Pecqueur (2005) como recursos territoriais (tangíveis e intangíveis). Este autor considera os recursos como fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Também podem ser apresentados a partir da preservação da cultura local e do patrimônio cultural, em conjunto com a dinâmica do desenvolvimento econômico e sustentável dos territórios.

Destacam-se os seguintes ativos territoriais (fatores em atividade), com base em Barroso e Romero (2009): Capital intelectual, Capital social, Capital cultural, Capital natural e produtivo. Outro recurso a se destacar é apresentado por Boiser (1999), denominado Capital institucional, todos apresentados a seguir.

Capital Intelectual

O Capital intelectual, segundo Edvinsson e Malone (1998), pode ser entendido como a soma do Capital humano – definido por Sullivan e Sheffrin (2003, p. 5) como “o conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor econômico” – e do Capital estrutural formado pela infraestrutura que apoia o capital humano (EDVINSSON; MALONE, 1998). O Capital intelectual, portanto, “constitui a matéria intelectual-conhecimento, informação, propriedade intelectual e experiências que podem ser usadas para gerar riquezas” (STEWART, 1998, p. 237) para as organizações. Mesmo sendo um conceito mais utilizado para o meio empresarial, tem a mesma conotação quando relacionado ao escopo territorial.

Segundo Barroso e Romero (2009), o Capital intelectual é essencial para o processo de desenvolvimento territorial, pois institui o valor do conhecimento (tácito ou explícito)⁵ e o talento dos indivíduos em uma sociedade ou organização. Nesse sentido possibilita criar conceitos de valores, atitudes, habilidades e capacidades nas pessoas, com ambos os comportamentos e atitudes sendo considerados intangíveis. Percebe-se, assim, esses ativos intangíveis como configurações específicas de competências complementares, influentes para o desenvolvimento do território.

Florida (2002a) associa o Capital humano com o talento e destaca que a concentração geográfica de talentos contribui para desenvolvimentos de negócios e atividades criativas e sustenta polos criativos. Desta forma, a força norteadora por trás do desenvolvimento de uma cidade passa a ser a sua capacidade de atrair e reter indivíduos criativos.

Na visão de Florida, Mellander e Adler (2011) o Capital intelectual favorece o desenvolvimento econômico territorial, por atribuir conhecimento a partir de dois aspectos: nível de escolaridade da população e atividades desenvolvidas, o que os autores chamam de ocupações baseadas no conhecimento e na criação. Estas ocupações promovem um processo de retroalimentação, o que possibilita um melhor desenvolvimento do Capital intelectual. Os autores consideram que estes recursos estão vinculados a grandes universidades, altos níveis salariais e atividades profissionais diversificadas.

Diante do exposto, percebe-se que o Capital intelectual, entendido aqui como a “soma” do Capital humano e Estrutural, tem como seus principais focos o incentivo à formação acadêmica, programas de formação técnica e o fomento à geração de conhecimento por meio de atividades criativas locais.

⁵ Os conhecimentos tácitos advêm das experiências ao longo da vida, enquanto os explícitos podem ser sistematizados, armazenados e transmitidos a outras pessoas (HILDRETH; KMBLE, 2002).

Capital Social

O Capital social, segundo Putman, (1993), refere-se às redes de relacionamento baseadas na reciprocidade e confiança compartilhadas entre as pessoas, fruto da própria interação social. Desta forma, entende-se que o Capital social se encontra no valor econômico implícito das conexões internas e externas de uma rede social, ou seja, os contatos sociais (estabelecidos pelas redes) e a maneira como estes se relacionam podem conceber fatores de desenvolvimento econômico, impactando diretamente na produtividade de indivíduos e organizações.

Percebe-se, portanto, que o Capital social não está desvinculado dos aspectos econômicos, pois se baseia no papel da sociedade civil, contribuindo para a interação e desenvolvimento das forças socioeconômicas do território. Woldcook (1998) destaca que estas forças estão diretamente ligadas a fatores como proximidade geográfica, social e cultural, formando estruturas sólidas com regras estabelecidas pelos atores envolvidos.

Dessa forma, o Capital social, por ser um recurso específico, pode ser visto como fonte de fomento que auxilia o desenvolvimento do território, podendo ser transformado na medida em que for retroalimentado para se adaptar às mudanças ambientais. Higgins (2005, p. 242), contudo, destaca que é importante entender que no Capital social “[...] o intercâmbio econômico depende de um complexo tecido de relações humanas, onde são de vital importância os fluxos de informações, os níveis de confiança e as formas institucionais e não institucionais de controle social”.

O Capital social, portanto, abrange as relações entre os atores sociais, como o principal promotor das relações humanas, sejam elas públicas ou privadas, podendo formar laços de confiança e cooperação que estimulam benefícios econômicos mútuos (PUTMAN, 2000).

Putman (2000) ainda destaca que esta ligação, entre o Capital social e o território, possibilita a valorização da cultura, das raízes, dos costumes, além da manutenção do patrimônio cultural. Percebe-se, assim, uma saída

para preservação dos territórios, como forma de transformar os efeitos provocados pelo processo de globalização, que conseqüentemente interfere na identidade socioeconômica e cultural de uma região. Deve-se considerar, entretanto, que os territórios com características inovadoras podem aproveitar-se do processo de globalização e dos recursos territoriais como elementos cruciais ao desenvolvimento; com isso, diferencia-se sem ignorar sua essência (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Desta forma, pode-se entender Capital social como redes de relacionamento, fundamentadas na confiança, parceria, cooperação e inovação, desenvolvidas por indivíduos dentro e fora do contexto específico considerado, com objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, gerando valor econômico e social por meio do impacto na produtividade de indivíduos e organizações, impactos estes que acabam impulsionando o desenvolvimento dos territórios.

Um exemplo brasileiro da utilização do Capital social, articulado a partir do Capital intelectual, como forma de desenvolver a criatividade e inovação, foi o projeto São Paulo Fashion Week (SPFW), que teve seu início em 2001. O ponto de partida do SPFW foi a ideia de estabelecer um calendário de lançamentos de moda no Brasil a exemplo do que ocorre nos grandes centros mundiais de moda. Inicialmente o projeto foi concebido com a participação do setor têxtil reunindo representantes da indústria, serviços, arte, cultura, *design*, configurando um espaço de conexão e de convergência de diversas redes criativas. O projeto nasceu sem estratégia pública. Hoje ele é o maior evento de moda do Brasil e o mais importante da América Latina, revelando-se a quinta maior semana de moda do mundo, atrás apenas de Paris, Milão, Nova York e Londres (YOUNG, 2011).

Durante o processo de concepção do evento foi possível reunir uma série de atores para estabelecer uma visão de futuro comum. Dessa forma, o próprio projeto passou a ser o motivador do grupo, incentivando a profissionalização e o crescimento de vários setores produtivos relacionados à moda brasileira (GHEDINE; HAUSER, 2010).

Quando o SPFW foi criado havia poucas escolas de moda no país; atualmente existem mais de 150 cursos de moda no Brasil (CABRAL, 2009). Várias profissões foram valorizadas, tais como as de estilista, cenógrafo de desfiles, iluminador, *webdesigner*, ilustrador, entre outros, incentivando o crescimento de diversos setores criativos relacionados à criação de uma marca Brasil. Além disso, há uma preocupação em apoiar as empresas consolidadas e, ao mesmo tempo, valorizar os novos talentos. Por essa razão, independentemente do tamanho da empresa que se apresenta no SPFW, cada participante recebe a mesma estrutura para os desfiles.

Capital Cultural

James (2005) destaca que a cultura é percebida por um conjunto de convenções sociais, as quais definem as normas de comportamento, costumes e as regras que fundamentam as interações sociais dentro da empresa e, por sua vez, fornecem orientações na formação de padrões de comportamento estabelecidos pelas crenças, ideologias, núcleos culturais, sistemas, regras e processos de tomadas de decisão.

O Capital cultural é definido por Bourdieu (1998) como a capacidade das pessoas de explorar a cultura e o patrimônio histórico, com estes recursos considerados importantes no processo de desenvolvimento territorial. Assim, o Capital cultural contempla valores, princípios, referenciais, símbolos, significados capazes de definir a identidade de um povo, grupo social e nação. É importante destacar que o Capital cultural define posicionamentos instituídos por pessoas e por organizações, sejam elas públicas ou privadas, e é a partir destes posicionamentos que o desenvolvimento da cultura torna-se relevante, pois sustenta o desenvolvimento territorial.

Em outra perspectiva Herrero et al. (2002) sustentam que Capital cultural é um recurso diretamente ligado ao fenômeno amplo que está relacionado com a criatividade e com o desenvolvimento econômico. Nes-

te sentido, tanto a cultura quanto a criatividade são reconhecidas como atrativos para os territórios, além de serem recursos sustentáveis para o seu desenvolvimento.

Nesta mesma perspectiva Cooke e Lazzeretti (2007) observam que o desenvolvimento de territórios criativos ocorre a partir da valorização do Capital cultural e preservação da história e do patrimônio cultural, assim como das atividades culturais (feiras, eventos, exposições, cinema, teatro, dança, festivais). Olsen (2012) complementa que territórios com foco no desenvolvimento priorizam investimentos na valorização e preservação do seu Capital cultural.

Um exemplo de valorização do Capital cultural pode ser visto na cidade de Guaramiranga, no Estado do Ceará. A cidade, no início do século 20, era conhecida pelos concertos, saraus e tertúlias, promovidos pelas famílias abastadas com propriedades na região. Além disso percebeu-se que na década de 90 a rica música instrumental do Ceará enfrentava condições de trabalho que não faziam jus à sua qualidade (REIS; KAGEYAMA, 2011).

Foi decidido, assim, desenvolver um projeto com o objetivo de inserir o Ceará no circuito carnavalesco brasileiro. Surgiu a ideia de organizar um evento cujo diferencial competitivo seria trocar os ritmos agitados do carnaval pela subjetividade da música instrumental brasileira e cearense, ofertando um produto cultural diferenciado.

Em 2000 teve início o Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga, que já está em sua 18ª edição. O processo de desenvolvimento territorial concebido pelo Festival foi idealizado e realizado pela comunidade (REIS; KAGEYAMA, 2011). Dele, surgiram inúmeras outras atividades culturais, em outras épocas do ano, pois o evento está centrado em um produto cultural que integra várias outras dimensões – a social, a pedagógica, a turística e a econômica – tendo o caráter transversal inerente ao tema das cidades criativas.

As diretrizes que nortearam a concepção do evento são a valorização do músico cearense e brasileiro; formação de plateia; interiorização da cultura; democratização e inclusão cultural. Em razão do Festival foi criado na cidade o projeto Novos Talentos, que seleciona e treina bandas cearenses para apresentação no Festival (GHEDINE; HAUSER, 2010).

Assim como este, podemos citar o exemplo do Festival de Dança de Joinville, que nasceu de uma tradição cultural e hoje constitui-se no maior evento de dança do país, retroalimentando e ampliando o patrimônio cultural do município e despertando outros recursos territoriais que vão em seu conjunto alavancado o desenvolvimento do território.

Capital Natural e Produtivo

Estas duas características de capital são descritas como recursos de base no que se refere ao desenvolvimento territorial. O Capital natural, entretanto, é tido como um recurso específico, enquanto que o Capital produtivo é descrito como um recurso tangível.

Para Bebbington et al. (2002), o Capital natural pressupõe os recursos territoriais naturais caracterizados pela preservação de florestas, fauna, agricultura, água. Os autores destacam este recurso a partir das evidências sociais e das famílias rurais. Na concepção de Pecqueur (2005) este recurso é específico, ou seja, não pode ser transferido, entretanto é renovável, e possibilita recuperações a partir de reflorestamentos e manejo do solo, por exemplo.

O Capital produtivo é definido por Bebbington et al (2002) como capital tangível, sustentado pelos recursos de infraestrutura utilizados no processo produtivo, e os recursos financeiros como as linhas e programas de crédito e de financiamento. Ellis (2000) destaca que os ativos financeiros podem ser aproveitados a partir de obtenção de recursos, que podem ser extraídos das ramificações sociais e relações de troca. Nesse sentido, de

acordo com Basso (2013), o Capital produtivo assume um papel importante perante a sociedade e o Estado, pois possibilita melhores condições de vida para as pessoas e subsídios para a promoção do desenvolvimento territorial.

Avaliando as características dos espaços urbanos, é possível destacar que recursos naturais e produtivos possuem um papel importante para o desenvolvimento regional. Com base nestes recursos Reis (2008) observa que algumas cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, por exemplo, são reconhecidas e conseguem atrair negócios que sustentam o desenvolvimento socioeconômico. A autora, no entanto, destaca modelos mais estabelecidos em outras cidades como Valência, na Espanha, Florença, na Itália, e Bogotá, na Colômbia.

O Capital natural e produtivo, portanto, considerados recursos base no que se refere ao desenvolvimento territorial, abrangem entre outros pontos a preocupação com a preservação do meio ambiente, dos recursos naturais do território, com a qualidade de vida, ecossistema sustentável, coleta e resgate de resíduos, preservação de bacias hidrográficas, etc.

Capital Institucional

O Capital institucional pode ser definido como um conjunto de capacidades que influenciam as tomadas de decisão a partir da flexibilidade organizacional e inteligência organizacional, de forma a permitir o monitoramento do ambiente e a preservação do território (BOISER, 1999). Este conjunto de capacidades, no entanto, deve estar incorporado às instituições, como parte do processo de desenvolvimento territorial. Rocha (2009) acrescenta a importância das relações e da cooperação interorganizacionais e interinstitucionais para o efetivo desenvolvimento territorial, além de ser considerado fator preponderante para desenvolvimento e a preservação do território.

Considerando o fluxo de cooperação Abramovay (2000) destaca que a abertura de novos mercados está orientada ao apoio e aos incentivos institucionais disponíveis nos territórios. Fato este que sustenta as definições de Boiser (1999) referentes à cooperação entre as instituições e os atores territoriais se apresentar como característica principal na capacidade de competição das regiões.

Nesse sentido o Capital institucional é fortalecido de forma dinâmica por processos institucionalizados com entidades governamentais, empresas e representação da sociedade civil, numa perspectiva construtiva de capacidades e mudança cultural, as quais são atribuídas e delineadas a partir de cada território e no seu conjunto de riquezas naturais e na capacidade de criação e desenvolvimento com o aproveitamento de demandas locais e regionais.

Sistema de Inovação Territorial

O conceito teve sua base na década de 80, por intermédio de Freeman (1995) para estudar as relações entre empresas, organizações e instituições de criação de conhecimento (LUNDVALL, 1992), entretanto com o passar dos anos este conceito evoluiu e um dos direcionamentos foi o sistema de inovação territorial, com prerrogativa para o desenvolvimento econômico dos territórios (COOKE, 2001).

O sistema de inovação territorial pode ser entendido como o produto de uma ação planejada ou do somatório de ações desarticuladas que impulsionam o progresso tecnológico, propiciando o fluxo de informações entre os desenvolvedores de ciência e tecnologia e os diversos setores da economia. Além disso, ele também pode gerar o arcabouço no qual os governos baseiam-se para formular e implementar políticas de fomento e suporte aos processos de inovação (METCALFE, 1995; ALBUQUERQUE, 1996).

De acordo com Ludvall et al. (2002) os sistemas de inovação de território influenciam nas políticas de inovação regional, pois sugerem novas visões de mercado, investimento em conhecimento e infraestrutura, assim atribuem novos conceitos e ramificações, como: distritos industriais, clusters industriais e regiões de aprendizagem em prol do desenvolvimento regional.

Ludvall (2011) destaca que o elemento central do sistema de inovação territorial é a aprendizagem interativa. Para tanto, o papel das universidades é importante, pois possibilita trabalho qualificado, desenvolvimento de pesquisa, serviços e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento regional, tornando-se, assim, um importante elo para gerar inovações, fortalecer e sustentar a competitividade territorial.

Contribuindo com este pensamento Johnson (2008) avalia que o sucesso em ambientes territoriais exige pacotes políticos de incentivos. Na opinião do autor, apenas ambientes inovadores podem promover as combinações de competências técnicas, administrativas, financeiras e humanas necessárias para a instituição de inovações na ordem urbana, posto que muitas vezes os problemas de manutenção são de cunho institucional e não técnico.

Dessa forma, as inovações são compreendidas como um dos principais elementos de potencialização de cidades criativas, embora Johnson (2008) alerte que não são somente as inovações que potencializam, mas se tornam condutoras de cidades, considerando que a inovação transforma e desenvolve cidades auxiliando-as a crescer. O autor também explica que o crescimento e o desenvolvimento das cidades são resultados de processos inovativos, revelando-se uma boa estratégia utilizar-se do conhecimento da relação entre cidades criativas e inovação como forma de elaborar um ambiente propício a partir de ações, incentivos, políticas de gestão voltadas à qualidade urbana e ao desenvolvimento sustentável.

Este, porém, ainda é um desafio a ser enfrentado pelas cidades e organizações (governamentais ou privadas), ou seja, instituir ambientes e estratégias propícias para o desenvolvimento do potencial criativo, sobretudo

que motivem a conversão constante de conhecimento e ideias em inovação. Assim, as empresas poderão conquistar vantagem competitiva e as cidades acumularão benefícios, tanto econômicos quanto sociais e ambientais.

Cidades Criativas

A discussão sobre o tema das cidades criativas incita a uma primeira e sucinta reflexão sobre o conceito “cidade”, pois embora presente no cotidiano da maioria das pessoas, seu significado nem sempre é consenso. Isto decorre das várias abordagens utilizadas para entendimento deste que pode ser considerado um fenômeno, o ambiente urbano ou a cidade. Muitos autores se debruçaram sobre o tema cidade na tentativa de compreendê-la, utilizando paradigmas dos mais positivista aos mais fenomenológicos, mas todos oferecendo visões parciais sobre o tema. Isto ocorre pois, como expõe Harvey (1980), a cidade é um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (p. 34).

Mais do que reunir pessoas, instrumentos de produção, capital, necessidades e prazeres, como referido por Marx e Engels (1846), o conceito evoluiu, passando a considerar relações mais profundas, como na definição postulada por Lefebvre (1972) na qual a cidade é vista como “a projeção da sociedade sobre o terreno” (p. 64).

Nesse sentido, ver a cidade como mais do que um artefato físico passou a compor a base conceitual que busca o entendimento da cidade como um fenômeno social. Autores como Lynch (1988), Castells (1977), Claval (1981), Corrêa (1989), Roncayolo (1990), Soja (2000), cada qual com sua abordagem, mas que como um denominador comum, trouxeram ao debate a importância de considerar o espaço urbano como o espaço de articulação do sustentáculo físico com as principais instâncias da estrutura social.

Assim, a concepção teórica em torno do tema de cidades criativas presuppõe a ideia de que as cidades são formadas a partir de um processo social e histórico que é determinante para seus processos de desenvolvimento. E ainda que estes processos são mais facilmente desencadeados e consolidados quando sustentados pelo patrimônio cultural local e pelas redes sociais mais fortemente estabelecidas.

Estes aspectos, se bem articulados e administrados, podem fornecer um ambiente econômico capaz de gerar oportunidades de emprego, bem como oferecer uma diversidade de bens e serviços em um ambiente dinâmico, favorecendo o desenvolvimento econômico e social coletivo (FLORIDA; MELLANDER; ADLER, 2011; REIS, 2012).

A discussão de autores como Florida e Trinagli, (2004), Landry, (2005), Costa et al. (2008), Reis (2008, 2012), Evans, (2009), Comunian, (2011), Florida (2012), tem despertado interesse acerca do tema. A Unctad, desde 2008, tem se dedicado a pesquisar sobre economia criativa, indústria criativa e cidades criativas, por entender que este pode ser um caminho para o desenvolvimento de economias criativas sustentáveis, principalmente para países em desenvolvimento, apesar de nações desenvolvidas como Inglaterra e Espanha serem casos de sucesso na utilização das indústrias e cidades criativas.

A Unesco, em 2004, criou a Rede Mundial de Cidades Criativas com o objetivo de conectar as cidades-membros em prol do seu desenvolvimento (ASHTON et al., 2016). Em seu relatório de 2016, a Unesco indicou cinco cidades brasileiras como cidades criativas, a partir do desenvolvimento de indústrias criativas locais. São elas: Florianópolis no setor de gastronomia vinculada ao cultivo da maricultura e produção de ostras; Belém também foi indicada pela gastronomia regional; Curitiba contemplada pelo design; Salvador pela música e Santos pela produção de filmes. Percebe-se, portanto, que este tema, apesar de recente, começa a tomar corpo e importância no cenário mundial, como uma alternativa de desenvolvimento territorial baseado em suas especificidades.

Entre as atribuições de cidades criativas insere-se o contexto de crescimento e desenvolvimento, tanto no aspecto econômico quanto social, os quais estão diretamente relacionados às atribuições dos ativos territoriais, entendido como fator propulsor para o desenvolvimento das cidades criativas. Na concepção de Cooke e Lazzarretti (2007), o desenvolvimento de questões voltadas aos aspectos sociais, culturais como também de riquezas naturais, favorece o desenvolvimento das cidades criativas.

Para Landry (2005), a cultura e a criatividade são elementos fundamentais de desenvolvimento das cidades criativas e estão diretamente relacionadas. O autor sugere algumas características das cidades criativas na perspectiva da área de Arquitetura: recursos culturais, desenvolvimento econômico, políticas públicas, infraestrutura criativa e estado mental criativo. Destaca-se neste contexto que as características citadas criam condições favoráveis para que as pessoas envolvidas desenvolvam as ideias, fator positivo para a criação e o desenvolvimento de espaços criativos.

Nesse sentido o desenvolvimento de cidades criativas está vinculado à potencialização dos ativos territoriais e na exploração, revelação ou organização dos seus recursos. Recursos estes que constituem uma reserva ou um potencial latente para serem explorados (BENKO; PECQUEUR, 2001). Reis (2008) acredita que este desenvolvimento dos ativos e recursos territoriais está vinculado a interesses e posicionamento político.

As cidades criativas tendem a ser construídas sobre uma forte infraestrutura social e cultural, com concentrações relativamente elevadas de empregos criativos, além de serem atraentes ao aperfeiçoamento ativo de investimento em razão de seus equipamentos culturais bem estabelecidos. Além disso, segundo Ashton et al. (2016), as cidades criativas estão abertas a tudo que é inovador e criativo, nem sempre considerando suas raízes econômicas e singularidades culturais, como também é destacado por Reis (2012). Ashton et al. (2016), contudo, acreditam que o passado e as tradições de uma cidade também podem ser elementos mobilizadores da criatividade.

Sabe-se que a diversidade de origens e o recente surgimento de interesse para a criatividade, além da variedade de opiniões sobre a amplitude desses conceitos tornou a busca por cidades criativas uma questão central. O impacto desse interesse pode ser notado na formulação de políticas bastante significativas em áreas que possibilitam levar a política cultural para novas arenas, como: mudança de perspectivas disciplinares combinando cultura, território, inovação e maior foco de atenção nas atividades culturais, como também em questões de criatividade e criação (COSTA et al., 2008).

Partindo do pressuposto do interesse quanto às questões sociais que envolvem a relação das cidades criativas, percebe-se a importância da criação de políticas públicas relacionadas à criatividade e à inovação, com o intuito de atrair e fixar talentos, assim como da capacidade de desenvolver pesquisas e produtos tecnológicos com centros de ensino inovadores, que possibilitem valorizar a diversidade social e cultural, com destaque para o resgate e a valorização das especificidades locais (FLORIDA, 2002b).

Nessa mesma concepção tornam-se inerentes a este processo a retenção de talentos e a importância do capital humano e intelectual para o desenvolvimento econômico. Os estudos de Mellander e Florida (2011) destacam dois aspectos relevantes a serem considerados. O primeiro trata da medida convencional do capital humano que é baseado em níveis de escolaridade, geralmente a parte de uma população com um grau de estudo em nível superior. Os autores criticam que as pesquisas mais recentes sugerem ser mais importante medir o que as pessoas fazem do que o que elas estudam e que as medidas estão baseadas em situações ocupacionais, associadas às ocupações que têm por base o conhecimento e a criatividade. Em segundo lugar, há um debate sobre os fatores que afetam a distribuição geográfica do capital humano.

Para tentar explicar esses recentes conceitos, pelo menos três diferentes argumentos têm sido oferecidos: a) o de que as universidades desempenham um papel fundamental na criação de vantagens iniciais em Capital humano, que torna cumulativo o conhecimento adquirido ao longo

do tempo; b) o papel de atrair e reter Capital humano altamente educado e com alta habilidade; c) e por fim, o argumento de que a tolerância e a abertura à diversidade são importantes. O que se percebe é que essas três abordagens não precisam ser avaliadas como mutuamente exclusivas. Cada uma delas desempenha um papel complementar na distribuição de talentos.

Já em perspectiva econômica e social, Florida e Trinagli (2004) apresentaram três elementos fundamentais (“3T’s”) para a caracterização de cidade criativa. Primeiro a Tecnologia, considerada a base central que gera progresso tecnológico e crescimento em longo prazo, além de concentrar inovação e alta tecnologia. Segundo o Talento, que envolve indivíduos com um nível de conhecimento elevado e que contribui para o desenvolvimento econômico de um país. Neste T há uma concentração da classe criativa, que consiste em empregos criativos como os de cientistas, engenheiros, artistas, músicos, arquitetos, gestores e outros tipos de trabalho que lidam com tarefas criativas. O terceiro elemento é a Tolerância, que possibilita descrever a capacidade das regiões, na mobilização da sua própria capacidade de criatividade e de competição em termos de talento criativo. De acordo com Florida e Trinagli (2004), esse elemento é praticamente inexistente nos modelos econômicos convencionais.

Diante dos elementos estudados por Florida e Trinagli (2004), constata-se que o processo de desenvolvimento econômico e criativo não se relaciona somente com recursos naturais e sociais, mas também com a mobilização dos recursos criativos, que viabilizam ambientes tolerantes a novas ideias. Lazzaretti, Boix e Capone (2008) destacam em suas pesquisas a relação entre desenvolvimento das cidades e das regiões estudadas a partir de uma ótica social, que viabiliza o consumo a partir do desenvolvimento da região.

Para Borén e Young (2013), para o efetivo desenvolvimento de territórios criativos há que se levar em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos. Esta esfera, no entanto, remete a aspectos críticos de desenvolvimento de cidades criativas, como a dificuldade de interação dos envolvidos,

indicando uma lacuna entre os agentes políticos e os profissionais criativos. Estes entraves estão na sua maioria nos processos burocráticos, ou seja, as barreiras surgem entre estes dois grupos em termos de práticas, ideologias, prazos, pressões, linguagem e compreensão das questões urbanas.

Sistema de Desenvolvimento de Cidades Criativas

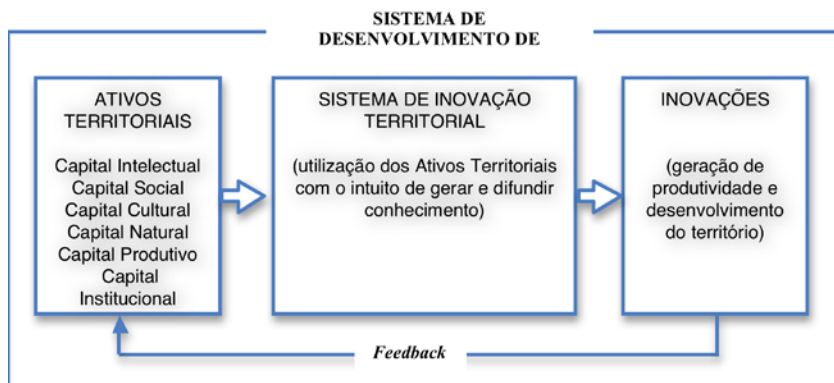
Este ensaio teórico foi concebido com o objetivo de discutir o papel dos ativos territoriais e da inovação no desenvolvimento territorial alinhado às premissas das cidades criativas, buscando estabelecer possíveis ligações entre estes.

Na visão de Asheim e Coenen (2005), o desenvolvimento territorial pressupõe critérios relacionais levando em conta suas histórias, origens, sistemas governamentais, empresas e instituições. Nesse sentido o diferencial de cada território pode estar no comportamento da inovação, ou seja, para estes autores a inovação define fronteiras de posicionamento sob diferentes aspectos, sejam eles culturais, sociais ou governamentais.

Assim, o sistema de inovação territorial sugerido Cooke (2001) reflete a interação de conhecimentos e habilidades em prol do desenvolvimento regional, ou seja, constitui-se por elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso de conhecimento novo e economicamente útil (LUNDVALL, 1992; METCALFE, 1995), tanto para a solução de problemas ou para a antecipação de oportunidades. Torna-se importante salientar, contudo, que esta interação está sustentada pelos recursos territoriais (tangíveis e intangíveis), fomentando um processo cíclico de novos conhecimentos.

Como contribuição teórica apresenta-se na figura a seguir um *framework* com uma possível alternativa de um sistema que possibilita o desenvolvimento de cidades criativas.

Figura 1 – Sistema de desenvolvimento de cidades criativas



Fonte: Elaborado pelos autores.

O *framework* apresentado é um primeiro esforço na busca de um entendimento de como estão relacionados os temas desenvolvimento territorial e inovação no desenvolvimento de cidades criativas. Sua estruturação teve como base a Teoria Geral de Sistemas, no sentido de que o sistema para o desenvolvimento de cidades criativas é entendido como um conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo orientado para determinados fins e em permanente interação com o ambiente externo.

Esse sistema de desenvolvimento proposto (Figura 1) envolve, como o que propõe Massuanguanhe (2015), o processo de mudanças na estrutura econômica, social, cultural, institucional, política e ambiental, acompanhado pela transformação e melhoria das condições de vida dos mais diversos segmentos populacionais do território.

Neste *framework* (Figura 1) os ativos territoriais (tangíveis e intangíveis) são entendidos como as entradas do sistema de inovação territorial que gera como saída inovações que podem alavancar a produtividade e a vantagem competitiva do território. Conseqüentemente, estas inovações serão colocadas à prova no ambiente e permitirão ou suportarão mudanças

em todos os ativos territoriais que com elas estiverem relacionadas, proporcionando, desta forma, a geração e difusão de conhecimento que poderá tornar o sistema de inovação territorial mais eficiente e eficaz.

Quanto aos ativos territoriais pode-se concluir que os principais para o desenvolvimento das cidades criativas são: Capital intelectual e Capital social. Haja vista a complexidade envolvida nestes dois recursos, assim como sua amplitude, em relação às rotinas territoriais é possível inferir, a partir da descrição teórica realizada neste ensaio, que estes recursos sustentam uma série de questões que posicionam os indivíduos como base de uma sociedade que busca um diferencial por meio da inovação criativa.

No contexto do Capital intelectual Florida e Trinagli (2004) remetem à importância do desenvolvimento e valorização da classe criativa, que envolve indivíduos com um nível de conhecimento elevado e que contribuem para a promoção de cidades criativas. Os autores também destacam a importância da mobilização dos recursos criativos, que viabilizam ambientes tolerantes a novas ideias.

Já em relação ao Capital social, Putman (2000) sustenta que a relação entre o Capital social e território possibilita a valorização da cultura, das raízes, dos costumes, além da manutenção do patrimônio cultural. Outro fato relevante ponderado pelo Capital social é a interação das forças socioeconômicas, ligadas a fatores como proximidade geográfica, social e cultural. Estes fatores formam estruturas sólidas com redes de relacionamento, fundamentadas na confiança, parceria e cooperação, gerando valor econômico e social por intermédio do impacto na produtividade de indivíduos e organizações.

Logicamente que os outros ativos territoriais também são importantes, por exemplo, o Capital natural e produtivo, que são considerados recursos bases para o desenvolvimento territorial, e o Capital institucional, o qual viabiliza todas as relações empresariais e governamentais de um território.

O Capital intelectual e social, entretanto, possibilitam a geração e disseminação de conhecimento no território, o que se torna fundamental para a geração de inovações.

Quanto aos ativos territoriais há uma série de questionamentos que podem influenciar no direcionamento de estudos empíricos, visto que de fato não há um único ativo crítico, mas sim vários recursos apresentados em diferentes ativos que implicam e favorecem o desenvolvimento das cidades criativas. Florida (2002a) enfatiza a relação do Capital humano; já Cooke e Lazzarretti (2007) ressaltam a importância da relação do Capital social, entretanto faltam análises que evidenciem que os ativos territoriais podem sustentar o desenvolvimento das cidades criativas, mesmo que seja possível inferir essa relação a partir do presente ensaio teórico.

Quanto ao sistema de inovação territorial, este busca principalmente gerar e difundir conhecimento com o intuito de produzir inovação. Para tanto, conta com os ativos territoriais existentes e com o acúmulo de aprendizagem produzido pelas interações com as inovações produzidas pelo próprio sistema.

Essas inovações podem gerar produtos ou serviços que auxiliem no desenvolvimento socioeconômico do território, podendo, no longo prazo, trazer-lhe vantagem competitiva. Isso ocorre, segundo Carlos (2011, p. 17), pois “o ato de produzir [bens, serviços, conhecimento] é o ato de produzir [e diferenciar] o espaço”. Dessa forma, as especificidades dos territórios podem resultar em padrões de comunicação, ensino, pesquisa, compartilhamento de conhecimento e inovação, que acabam diferenciando-o dos demais.

Entende-se que o sistema de desenvolvimento de cidades criativas, discutido neste ensaio teórico, permite que estas surjam e tornem-se sustentáveis, por estarem se estruturando e se organizando com base em seus próprios ativos territoriais e nos conhecimentos que foram capazes de gerar para criação de inovações tanto em produtos quanto em serviços.

Florida (2007) destaca que determinadas cidades ou regiões contemplam uma concentração da atividade de inovação que enaltecem o crescimento e sustentam a definição das cidades criativas.

A partir desta análise teórica é possível perceber a existência de um fluxo de informações e conhecimentos, assim como de elementos que podem influenciar no desenvolvimento das cidades criativas. Talvez um fator crítico, que não fica claro no *framework*, por se considerar parte integrante do Capital institucional, possam ser os aspectos políticos, que estão ligados aos interesses do governo e das suas relações com as empresas e sociedade. Reis (2008) refere-se a esta problemática, entretanto não foram identificados estudos que sustentam as relações de interesses políticos para o desenvolvimento de longo prazo de territórios criativos.

Considerações Finais

Considerando que o objetivo deste ensaio teórico foi discutir o papel dos ativos territoriais e da inovação no desenvolvimento de cidades criativas, percebeu-se que o aproveitamento dos ativos desses ativos viabiliza recursos provenientes do ambiente, que se estruturados e organizados pela inovação territorial podem promover o desenvolvimento sócio econômico local, sendo o fluxo deste processo essencial para o desenvolvimento das cidades criativas.

Esta percepção levou ao desenvolvimento de um *framework* como uma contribuição para um sistema de desenvolvimento de cidades criativas que poderia auxiliar na compreensão de que qualquer território pode buscar desenvolver-se de forma criativa e inovadora. Cabe aqui, porém, uma limitação: na estruturação deste *framework*, não foram levados em consideração os tipos de processos de desenvolvimento (urbanização acelerada, ou processos de perda de população; concentradas ou espalhadas; planejadas ou não) pela qual o território poderia estar passando, uma vez que o objetivo é entender o papel dos ativos territoriais como promotores de um sistema de inovação territorial que viabiliza o sistema de desenvolvimento de cidades criativas.

Espera-se que as discussões e percepções apresentadas neste artigo possam servir de direcionamento tanto para organizações privadas quanto para o poder público com interesse de avaliar o desenvolvimento territorial com vistas a torná-los criativos, quanto para a Academia, buscando o avanço em pesquisas sobre a inovação territorial e como esta pode suportar o desenvolvimento do território de forma mais sustentável, tanto social quanto economicamente.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: SABOURIN, E.; ALBUQUERQUE, E. M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre Ciência e Tecnologia. *Revista de Economia Política*, v. 16, p. 56-72, 1996.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALBUQUERQUE, E. M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma Análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre Ciência e Tecnologia. *Revista de Economia Política*, v. 16, p. 56-72, 1996.
- ANTTIROIKO, A. V. Creative city policy in the context of urban asymmetry. *Local Economy*, Finland, v. 29, p. 854-867, 2014.
- ASHEIM, B.; COENEN, L. Knowledge Bases and Regional Innovation Systems: Comparing Nordic Clusters, *Research Policy*, v. 34, p. 1.173-1.190, 2005.
- ASHTON, M. S. G et al. Cidade criativa do design da Rede Unesco: evidências e percepções dos turistas em Montreal. *Revista Desenvolvimento em Questão*, n. 36, out./dez., 2016.
- BASSO, D. *Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na Região Noroeste do Rio Grande do Sul – Brasil*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- BARROSO, I. C.; ROMERO, G. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 13, n. 289, 2009.
- BEBBINGTON, A. et al. El programa de cofinanciamento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Peru y Bolivia. *Informe de pesquisa*, Boulder Colorado, 2002. Disponível em: <http://hummedia.manchester.ac.uk/schools/seed/andes/publications/conferences/Bebbington%20Oct%20al%20Eval%20Dutch%20Prog_Spanish.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Revista Geosul*, v. 16, n. 32, 2001.

- BOISER, S. El Desarrollo Territorial a partir de La Construcción de Capital Sinérgico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, n. 2, p. 39-53, 1999.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BORÉN, T.; YOUNG, C. Getting Creative with the “Creative City”? Towards New Perspectives on Creativity in Urban Policy. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 5, p. 1.799-1.815, set. 2013.
- CABRAL, G. São Paulo Fashion Week: espaço de conexão e inovação. In: MAMEDÉ, A. M.; GADELGA, R. *Economia criativa: uma nova perspectiva*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.
- CARLOS, A. F. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972-1977.
- _____. *O poder da identidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 77-87.
- CLAVAL, P. *La logique des villes*. Essai d’urbanologie. Paris: Litec, 1981.
- COOKE, P. Regional innovation systems, clusters and the knowledge economy. *Industrial and Corporate Change*, v. 10, n. 4, p. 945-974, 2001.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Reevaluation des ressources spécifiques et coordination située. *Communication présentée aux 4èmes Journées de la Proximité: Proximité, réseaux et coordination*, GREQAM-IDEP, Faculté des Sciences Economiques, Marseille, p. 15, 17-18 jun. 2004.
- COMUNIAN, R. Rethinking the Creative City: The Role of Complexity, Networks and Interactions in the Urban Creative Economy. *Urban Studies*, v. 48, n. 6, p. 1.157-1.179, 2011.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (Unctad). *Creative Economy Report: a Feasible Development Option*, 2010.
- COOKE, P.; LAZZERETTI, L. *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Economic Development*. Chentelham: Edward Elgar Publishing, 2007.
- CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, P. et al. On Creative cities governance models: a comparative approach. *Service Industries Journal*, n. 28, p. 393-413, 2008.
- DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. *Desenvolvimento em Questão*, v. 2, n. 4, p. 33-62, 2004.
- DALLABRIDA, V. R. Territórios. In: SIEDENBERG, D. R. *Dicionário de desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 161-162.
- EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. *Capital Intelectual*. São Paulo: Makron Books, 1998.
- ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: University Press, 2000.

- EVANS, G. Creative Cities, Creative Spaces and Urban Policy. *Urban Studies*, v. 46, n. 5&6, p. 1.003-1.040, 2009.
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. Basic Books: New York, 2002a.
- _____. The economic geography of talent. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 92, n. 4, p. 743-755, 2002b.
- _____. *The Flight of the Creative Class: The New Global Competition for Talent*. Harper Collins: New York, 2007.
- _____. *The rise of the creative class: Revisited and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books, 2012.
- FLORIDA, R.; MELLANDER, C.; ADLER, P. The Creative Class Paradigm. In: ANDERSSON, D. V.; ANDERSSON, A. E.; MELLANDER, C. *Handbook of creative cities*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2011.
- FLORIDA, R.; TRINAGLI, I. *Europe in a Creative Age*. Pittsburgh, PA/USA: Carnegie Mellon Software Industry Center, 2004.
- FREEMAN, C. The “National System of Innovation” in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.
- GHELINE, T.; HAUSER, G. Creative Ecosystem: would this be one of the possible paths to social inclusion? *3rd Latin American and European Meeting in Social Studies* (Laemos), Buenos Aires, Argentina, 2010.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HERRERO, L. C. et al. The Economic Impact of Cultural Events. A Case-study of Salamanca, European Capital of Culture, Europe. *Urban and Regional Studies*, v. 23, n. 1, p. 41-57, 2002.
- HIGGINS, S. S. *Os fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos Universitária, 2005.
- HILDRETH, P.; KIMBLE, C. The duality of knowledge. *Information Research*, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/8-1/paper142.html>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- HOSPERS, G. Creative cities: Places in the knowledge economy. *Knowledge, Technology & Policy*, v. 16, n. 3, p. 143-162, 2003.
- JAMES, A. Demystifying the Role of Culture in Innovative Regional Economies, *Regional Studies*, v. 34, n. 9, p. 1.197-1.216, 2005.
- JOHNSON, B. Cities, systems of innovation and economic development. *Innovation: management, policy & practice*, v. 10, n. 2-3, p. 146-155, 2008.
- LANDRY, C. London as a creative city. In: HARTLEY, J. *Creative industries*. London. Blackwell, 2005. p. 233-243.
- LAZZARETTI, L.; BOIX, R.; CAPONE, F. Do creative industries cluster? Mapping creative local production systems in Italy and Spain. *Industry and Innovation*, v. 15, n. 5, p. 549-567, 2008.
- LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968-1972.

- LEZO, D. et al. *Reconhecendo o patrimônio cultural de Londrina*. Londrina: Midiograf, 2007.
- LONDRES, M. C. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 2. Brasília: Ipea, 2012.
- LUNDVALL, B. et al. National Systems of Production, Innovation and Competence Building. *Research Policy*, vol. 31, p. 213-231, 2002.
- LUNDVALL, B. *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. London: Pinter, 1992.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Eds. 70, 1960-1988.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã* (1846). São Paulo: Moraes, 1984.
- MASSUANGANHE, I. J. Building sustainable local development through participatory governance and sub-national capacity development: Why democratic development and local economic transformation failure in Africa? *Southern Africa seminar: Building democratic developmental states for economic transformation in Africa*, 2015.
- MELLANDER, C.; FLORIDA, R. Creativity, talent, and regional wages in Sweden. *The Annals of Regional Science*, v. 46, n. 3, p. 637-660, 2011.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.
- METCALFE, J. S. Technology Systems and Technology Policy in an Evolutionary Framework. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 19, p. 25-46, feb. 1995.
- MIRANDA, E. *Descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina: uma análise sistêmica do período 2003-2010*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Université de Grenoble, Florianópolis, 2012.
- NEU, M. F. R.; AREA, P. O. O patrimônio cultural como ativo territorial no desenvolvimento regional. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina*. São Paulo: LiberArs, 2015.
- OLSEN, L. Territorial Knowledge Dynamics: Making a Difference to Territorial Innovation Models and Public Policy? *European Planning Studies*, v. 20, n. 11, p. 1.785-1.801, 2012.
- PECQUEUR, B. *Le développement local: pour une économie des territoires*. 2ème éd. Paris: Syros, 2000.
- _____. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, v. 24, n. 1 e 2, jan./dez. 2005.
- _____. De l'éqténuation à la sublimation: itinéraire d'une notion et de ses déclinaisons. In: VANIER, M. (Dir.). *Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives*. Rennes: PUR, 2009. p. 205-209.

- PUTMAM, R. *Making democracy work: civic tradition in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- _____. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.
- REIS, A. C. F. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 267.
- _____. *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo: Sesi; SP Editora, 2012.
- REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Org.). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- ROCHA, J. D. A importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. *Sustentabilidade e Negócio*, v. 1, n. 1, p. 65-80, 2009.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.
- RONDÉ, P.; HUSSLER, C. Innovation in regions: what does really matter? *Research Policy*, v. 34, n. 8, p. 1.150-1.172, 2005.
- SEPE, M. Urban history and cultural resources in urban regeneration: a case of creative water front renewal planning. *Perspectives*, v. 28, n. 4, p. 595-613, 2013.
- SOJA, E. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell, 2000.
- STEWART, T. A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. São Paulo: Campus, 1998.
- SULLIVAN, A.; SHEFFRIN, S. M. *Economics: Principles in action*. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2003.
- TONNEAU, J. P et al. Évaluation du développement territorial comme processus d'innovation et d'institutionnalisation: le cas du Territoire du Alto Sertão do Piauí e Pernambuco ou Nordeste du Brasil. *Vertigo*, v. 9, n. 3, 2009.
- VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Revista Internacional do Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.
- VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-457, jan./jun. 2006.
- VIEIRA, Paulo Freire et al. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no Estado de Santa Catarina. In: _____ (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: Aped; Secco, 2010. p. 293-332.
- WOLDCOOK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, n. 27, p. 151-208, 1998.
- YOUNG, R. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/11/fashion/a-fashion-identity-beyond-the-beach.html?scp=9&sq=sao%20paulo%20city&st=cse>>. Acesso em: 1º mar. 2017.